

21 MAR 1993

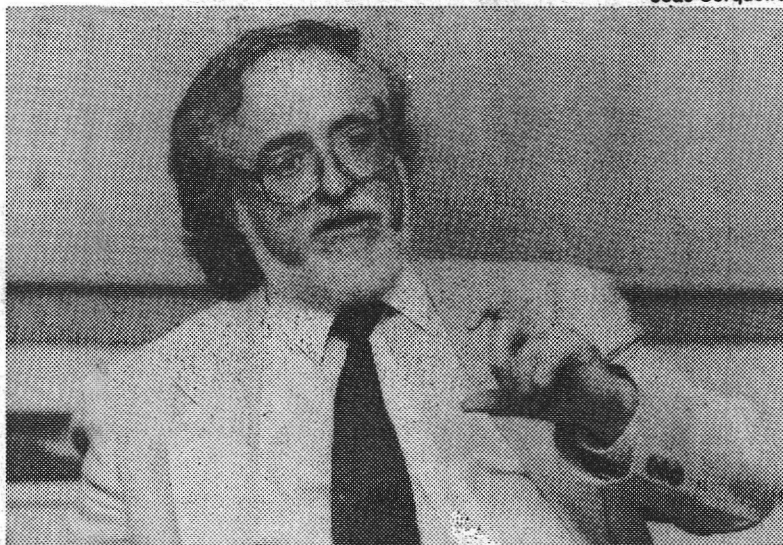
# Ciranda financeira no centro do alvo

## ■ Pivô da crise sai em defesa de Paulo Haddad

CLAUDIA ANTUNES

**P**ersonagem involuntário da crise que levou à saída de Paulo Haddad do Ministério da Fazenda, o economista mineiro Luiz Fernando Victor, professor da UnB e atual presidente do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), não acredita que Haddad tenha se oposto à sua indicação para a Diretoria de Fiscalização Bancária do Banco Central, encarregada da auditoria contábil e administrativa das instituições financeiras. “Fomos colegas de universidade. O Paulinho foi meu vice no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Não sei se ele foi consultado sobre a minha indicação, mas um amigo comum me telefonou e disse que Paulinho não tinha a menor oposição ao meu nome”, disse Victor.

O economista, que integra o Núcleo de Estudos do Sistema Financeiro da UnB, acredita que a oposição à sua nomeação — depois suspensa por Itamar, assim como as outras indicações para o BC — partiu de setores “que não querem deixar que o BC se transforme numa instituição pública. Hoje o BC é uma instituição pri-



João Cerqueira

*Victor: ‘Sem a reforma do sistema financeiro, país não crescerá’*

vada. Seus diretores vêm, na maioria, da assessoria de bancos privados e para lá retornam quando deixam o banco.” Luiz Fernando Victor, que é filiado ao PDT desde 1980, nega que sua indicação para o cargo tenha sido partidária: “O Maurício Corrêa (ministro da Justiça) é meu amigo há anos e conhece meu trabalho. Foi ele quem formalizou o convite. E também me advertiu que a oposição era brutal.”

Com a autoridade de quem conseguiu sanear o Banestes em seis meses, tornando rentável a maioria das 92 agências, Victor é taxativo quando afirma que sem a reforma do sistema financeiro, “num processo transparente, aberto para a sociedade”, será im-

possível colocar o país na rota do crescimento. A reforma financeira incluiria a diminuição gradual das taxas de juros e o alongamento do perfil da dívida pública, com o resgate no mercado dos papéis de curto prazo e sua substituição por títulos de longo prazo.

“O *imbroglio* todo está no sistema financeiro”, afirma. “Hoje cerca de 70% da receita dos bancos estaduais e 90% da receita dos bancos privados vêm dos investimentos na ciranda financeira. Não há banco comercial que invista na produção. Nesse esquema, a queda da inflação não interessa aos bancos, porque sua receita não chegaria à metade dos seus custos fixos.”

Segundo o economista, é preciso baixar gradualmente a taxa de juros e “dar mais liquidez ao mercado para fazê-lo funcionar. Com a queda da taxa de juros, a ciranda financeira deixaria de ser tão rentável e os bancos seriam obrigados a investir”. Victor defende a regulamentação do artigo 192 da Constituição de 1988, que fixou a taxa de juros em 12% ao ano, e ataca os monetaristas, para quem fixar a taxa de juros é revoar a lei de mercado. “Quero que me apontem qualquer país do mundo onde não se estipula a taxa de juros”, desafia.

O presidente do Banestes afirma que “não há possibilidade de voltar ao desenvolvimento econômico com políticas monetaristas”. “Hoje está tudo a reboque da política monetária, quando na verdade a política monetária é que deve vir a reboque de um projeto econômico de longo prazo, que priorize a recuperação da infraestrutura, os investimentos nas indústrias de base, alimentar, farmacêutica e de biotecnologia”. Victor conta que, no início do governo Itamar, as preocupações sociais do presidente inibiram a ação dos monetaristas no Banco Central e no Ministério da Fazenda. E aproveita para defender o colega Haddad: “Ele não é monetarista, como diziam. Estava sim, atemorizado com a situação e sabia que tinha que ir devagar.”